

# Desalento ainda atinge 4,8 milhões de pessoas no país

## Mercado de trabalho Incidência é maior entre grupos mais vulneráveis e no Nordeste Brasil tem 4,8 milhões de pessoas em desalento

Luciane Carneiro  
Do Rio

A melhora do mercado de trabalho brasileiro ao longo de 2021 — com geração de vagas, embora com remuneração média menor — ajudou a reduzir o número dos chamados desalentados no Brasil, pessoas que desistem de procurar trabalho por acreditar que não vão conseguir encontrar. Mas o país ainda tem 4,8 milhões de pessoas que não procuram emprego, pessoas que estão disponíveis para trabalhar caso recebam uma oferta, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O número, que chegou ao recorde de 5,9 milhões no primeiro trimestre de 2021, caiu 19% até o quarto trimestre. Desde 2017, no entanto, se encontra acima dos 4 milhões de pessoas. O grupo corresponde hoje a quase 3% da população em idade de trabalhar (2,78%), na média nacional.

Para além do panorama geral do país, chama a atenção a incidência maior do desalento entre jovens, entre aqueles com menor grau de escolaridade, entre negros e também entre mulheres, como mostra levantamento feito com exclusividade a pedido do Valor pela consultoria IDados.

Na faixa etária entre 14 e 24 anos, essa parcela de desalentados é de 4,95% da população em idade de trabalhar. O índice é maior que a média (2,78%), e também que as faixas entre 25 e 44 anos (2,51%) e entre 45 e 64 anos (2,43%).

No recorte por escolaridade, a proporcão é de 3,73% entre aqueles sem instrução e de 3,80% entre os que têm ensino fundamental completo, realidade bem distinta de quem tem ensino médio completo (2,34%) e dos que têm ensino superior completo (0,71%).

As desigualdades também aparecem na análise por raça e gênero. A incidência é de 3,68% entre negros (pretos e pardos), frente a 1,64% entre brancos e de 3,06% entre mulheres, ante 2,48% entre homens.

"O desalento é uma situação muito preocupante, mostra que as pessoas não estão conseguindo se inserir no mercado de trabalho e acabar desistindo.

Muitos podem vir de uma situação de desemprego de longa duração ou por causa da baixa escolaridade não acreditam que têm chances no mercado", afirma o responsável pelo levantamento, Bruno Ottoni, que também é professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisador líder da área de mercado de trabalho da IDados.

Mais do que um problema provocado pela pandemia, destaca ele, o grau elevado de desalento no momento é uma herança de uma recuperação fraca da economia após a recessão dos anos de 2015 e 2016. "A recuperação do mercado de trabalho foi tão incipiente, com crescimento econômico muito baixo, que não foi suficiente para se reduzir o desalento à situação anterior", diz.

**"Situação preocupante, mostra que as pessoas não estão conseguindo se inserir no mercado e acabam desistindo"**

Um dos cuidados ao se analisar o fenômeno do desalento é evitar a ideia de que as pessoas desistiram de trabalhar, diz a economista Ana Georgina da Silva Dias, supervisora técnica regional do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) na Bahia. Ela lembra que a busca por trabalho demanda recusos, como para o transporte, que se soma ao desânimo por causa da demora na colocação.

"Há um número gigantesco de pessoas desalentadas. Há um contingente de miseráveis e também muitos estão desempregados por muito tempo, anos até. Isso cria um desânimo, as pessoas perdem a esperança de se colocar. E aí chega uma hora em que se perdem as condições materiais para a busca por trabalho. Começa a falar de dinheiro para o transporte. Então embora precisem às vezes as pessoas acabam saindo da força de trabalho", pondera a economista, acrescentando que muitos dos grupos mais vulneráveis e mais atingidos pelo desalento vivem em regiões periféricas, que precisam gastar mais para chegar a bairros com mais oferta de emprego.

Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Diana Silva Gonzaga da Silva também vê o de-

salento como "sinalizador ruim da dinâmica da economia, que não dá as respostas que o mercado de trabalho precisa". No caso dos desalentados, aponta, pode haver situações de quem faz algum bico para se manter de maneira precária, mas não acredita em oportunidades melhores e por isso a desistência da busca por trabalho.

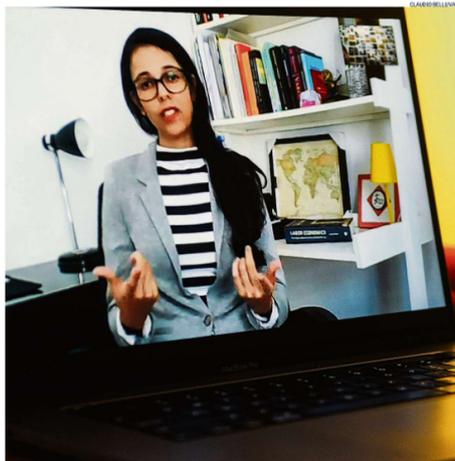
"O desalento tem um perfil muito específico, de trabalhadores com baixa qualificação, dos mais jovens, por causa da falta de experiência, e também marcado por outras desigualdades, como de raça, de gênero e regional. Temos um número significativo de desalentados, situação que vem se apresentando de forma persistente nos últimos anos", diz ela, que é coordenadora do Grupo de Pesquisas em Economia do Trabalho da UFBA.

O caráter regional do fenômeno chama atenção nos dados do IBGE. A grande maioria (2,86 milhões, ou 59,9%) dos desalentados no país está no Nordeste, embora a região responda por pouco mais de um quarto (26,5%) da população em idade de trabalhar no país (45,8 milhões dos 172,2 milhões de todo o país). O Sudeste, por outro lado, reúne 21,6% dos desalentados (1,03 milhão) ainda que represente 43% da população em idade de trabalhar.

Na análise por Estados, a Bahia tem o maior número de pessoas desalentadas (882 mil, ou 14,2% do contingente nacional). Em seguida Maranhão, com 557 mil; São Paulo (451 mil), Minas Gerais (382 mil) e Ceará (380 mil). Proporcionalmente à força de trabalho, as piores situações estão em Maranhão (18,8%), Alagoas (15,9%) e Piauí (13,7%).

Ao analisar o fenômeno, a professora da UFBA lembra que as dificuldades no mercado de trabalho são persistentes e desiguais, citando as taxas maiores de desemprego e a maior informalidade nas regiões Nordeste e Norte, o que também se reflete no desalento.

"Existe uma concentração das empresas nas regiões que já têm melhor estrutura produtiva, seja física, como a presença de estradas e acesso a fornecedores, ou a de mão de obra, com trabalhadores mais qualificados. É um mecanismo de autorreforço. As regiões que se desenvolveram mais, acabaram se tornando mais atrativas para as empresas, que geram mais renda. E as demais, como Nordeste e Norte, acabam per-



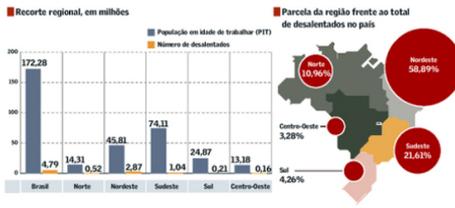
Professora da UFBA, Diana Silva destaca presença maior do desalento no Nordeste. Também com maior desemprego

### As diferentes faces do fenômeno

Desalento atinge de forma mais intensa população mais vulnerável

Retrato no 4º trimestre de 2021

	Número absoluto de desalentados (em milhões)	Faixa em relação ao total de desalentados (em %)	Parcela frente ao total de desalentados (em %)
14-24 anos	1.743	36,0	36,8
25-44 anos	1.681	34,8	35,1
45-64 anos	1.167	24,2	24,4
<b>Sem instrução</b>	<b>2.058</b>	<b>42,5</b>	<b>43,0</b>
Ensino fundamental completo	1.121	23,2	23,4
Ensino médio completo	1.416	29,4	29,6
Ensino superior completo	1.013	21,0	10,4
<b>Homem</b>	<b>2.066</b>	<b>42,6</b>	<b>43,1</b>
<b>Mulher</b>	<b>2.722</b>	<b>56,7</b>	<b>56,9</b>
<b>Branco</b>	<b>1.246</b>	<b>25,9</b>	<b>26,0</b>
<b>Negra (pretos e pardos)</b>	<b>3.514</b>	<b>73,1</b>	<b>73,4</b>
<b>Indígena/Indefinido</b>	<b>0.028</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>
<b>Total</b>	<b>4.789</b>	<b>100</b>	<b>100</b>



Fonte: IBGE, em colaboração da consultoria IDados

dendo", explica Diana.

Por conta disso, ela defende a importância das políticas públicas para reduzir a concentração produtiva nas regiões mais dinâmicas do país e permitir oportu-

nidades para outras regiões do território. "É preciso quebrar essa tendência. Por isso se precisa pensar em políticas públicas pa-

ra que as empresas possam se estabelecer nessas parâmetros elevados", disse. Imazuim ponderou que o quadro poderia ser menos desafiador com soluções estruturais, como mais programas voltados para qualificação profissional.

Rodolfo Tobler, economista da FGV, concordou. Para ele, "não dá para imaginar taxa abaixo de dois dígitos", disse. Imazuim ponderou que o quadro poderia ser menos desafiador com soluções estruturais, como mais programas voltados para qualificação profissional.

# Economistas projetam taxa de desemprego de 11% no ano

Alessandra Saraiva  
Do Rio

O Brasil deve finalizar 2022 com taxa de desemprego de no mínimo 11%, equivalente a cerca de 12 milhões de desempregados, e sem recuperar renda real do trabalho, atualmente prejudicada com avanço da inflação. É o que alertam especialistas ouvidos pelo Valor.

Analistas da Tendências Consultoria, XP, Ativa, LCA e Fundação Getúlio Vargas são unânimes: houve piora nas projeções da economia neste ano e, por consequência, nas condições necessárias para retomada sustentável do emprego. Além de conjuntura macroeconômica mais desfavorável, a atividade sofre efeitos negativos diretos e indiretos, de um fator novo — a guerra entre Rússia e Ucrânia —, como inflação mais elevada, observam os economistas.

Eles alertam a continuidade de aumento na população economicamente ativa e a necessidade das famílias em elevar mais renda devido à perda de poder de compra com preços em alta vai estimular ainda mais pessoas em busca de vaga, pressionando para cima a taxa de desemprego deste ano.

No começo de 2022, o mercado

### Desemprego alto com PIB baixo e inflação

Cenário para 2022 é de desemprego expressivo, com economia fraca e inflação pressionada

Cenários	Taxa de desemprego ao término de 2022 (em %)	Varição PIB de 2022 ante 2021 (em %)	IPC de 2022 (em %)
Tendências	11,3*	0,7	6,6
LCA	11	0,7	6,6
XP	11	0,7	6,6
Ativa	12,5	0,7	6,6
FGV/IBRE	11,9	0,6	6,6

Fonte: Tendências, LCA, XP, Ativa e FGV/IBRE. \*Inflação média anual em 2022 de 6,6%.

de trabalho deu sinal positivo, com diminuição de 0,9 ponto percentual na taxa de desemprego no trimestre até janeiro, para 11,2%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mas, para Lucas Assis, economista da Tendências Consultoria, esse recuo não é certeza de melhora continuada até fim do ano. Um fator preocupante, nota, também divulgado pelo IBGE, é o contingente já expressivo de 6,9 milhões de pessoas que querem trabalhar mais horas para aumentar renda, mas não conseguem. Isso porque ritmo da economia atual não estimula empregador a elevar horas trabalhadas. A projeção da Tendências é de

"zero" para variação do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022. Ele não descartou, ainda, menor crescimento mundial e prejuízo nas cadeias globais de fornecimento de insumos devido ao conflito no Leste Europeu. "Esse contexto" pode conter intenção de investimentos e conter impeto de contratações no país", disse. Assis sugere programas para combater desemprego, principalmente entre jovens.

Rodolfo Margato, economista da XP, também vê "variação nula" no PIB. E vai além: possível melhora sustentável do mercado de trabalho brasileiro é limitada por problemas estruturais. "Temos taxa de informalidade elevada,

acima de 40% [da população ocupada], superior à média dos emergentes, e qualificação profissional média baixa", citou ele. Com isso, vagas com pouca qualificação pagam menos e, por consequência, não ajudam a elevar de forma contínua e sustentável renda do trabalho.

"Difícil imaginar trajetória de reversão da renda em termos reais [em 2022]", acrescentou. Neste mês, o IBGE também anunciou que, mesmo com desemprego menor, no trimestre encerrado em janeiro a renda real habitual do trabalho — descontada inflação — caiu 1,1% ante trimestre anterior; e recuou 9,7% ante igual trimestre de ano anterior.

Na análise de Margato, uma solução para melhorar mercado de trabalho, no longo prazo, seria combinar investimentos contínuos em formação profissional com indicadores macroeconômicos equilibrados.

A importância do cenário econômico nos resultados do emprego também foi citada pelo economista-chefe da Ativa Investimentos, Flávio Sanchez. Para ele, efeito da economia fraca em 2022 no emprego deve conduzir à taxa de desemprego de 12,5% ao término do ano — ou seja, cerca de 13 milhões de desempregados. "A perspectiva é tão ruim para crescimento neste ano que o mercado de trabalho vai acabar refletindo isso", afirmou. A Ativa também projeta crescimento zero para PIB do ano.

De maneira geral, o mercado de trabalho reage com defasagem em relação à atividade econômica, afirmou o economista da LCA Bruno Imazuim. Mas reconhecendo que, hoje, a situação é diferente. "Em 2022 o mercado de trabalho está atrelado ao cenário econômico, que está deteriorado", disse.

O analista também não vê muito espaço para recuperação de vagas porque, além da economia mais fraca não favorecer tal ação,

esse movimento já ocorreu em 2021, após os cortes causados pela pandemia em 2020. Em fevereiro de 2020, a população ocupada era de 94,7 milhões e, em dezembro de 2021, 95 milhões, citou.

"Vamos continuar com taxa de desemprego nesse patamar elevado", disse. Imazuim ponderou que o quadro poderia ser menos desafiador com soluções estruturais, como mais programas voltados para qualificação profissional.

Rodolfo Tobler, economista da FGV, concordou. Para ele, "não dá para imaginar taxa abaixo de dois dígitos", disse. Imazuim ponderou que o quadro poderia ser menos desafiador com soluções estruturais, como mais programas voltados para qualificação profissional.

"É a guerra [na Ucrânia] pode potencializar esses problemas [no emprego]", afirmou. Tobler frisou que o conflito é fator a elevar preços, inibir consumo e, com isso, a conduzir atividade econômica para baixo. Mas, para ele, ainda mais fraca — o que desfavorece abertura de vagas.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

**Seção:** Especial **Caderno:** A **Página:** 18